

**A LUTA PELA TERRA E SUAS FORMAS
DE RESISTÊNCIA NA REGIÃO DE MARABÁ (PA)
E O PAPEL DO CENTRO AGRO-AMBIENTAL DO TOCANTINS (CAT)**

EMMANUEL WAMBERGUE*

1. OS COLONOS PIONEIROS

Quando, em 1975, recebi o convite para trabalhar na Transamazônica, posso afirmar que foi a chance da minha vida. Esse convite me foi feito pela pastoral de Marabá (PA), que queria alguém para acompanhar os colonos que estavam se instalando na região. Cheguei, então, uns dois ou três anos depois dos colonos pioneiros. Essa coincidência de tempo me permitiu, durante esses vinte últimos anos, viver a história do nascimento de um campesinato nessa frente pioneira de Marabá e arredores. Essa história se forjou no meio de muito sofrimento mas também foi palco de muitas vitórias e sucessos.

Esses homens e mulheres que conheci, e que ainda conheço, vieram com uma carga enorme de esperança, em vista de conquistar essa terra de liberdade e vida. Eles deixaram para trás suas terras natais, suas famílias, mas também a submissão ao latifúndio. Expulsos pelo sistema fundiário de suas terras de origem ou fugindo dele, os sem-terra posseiros quiseram amansar, do seu jeito, uma nova terra onde *corria leite e mel* e onde reinava a liberdade: isso foi o motor e a força da sua teimosia em querer se manter numa terra na qual as condições físicas e políticas eram completamente adversas a sua instalação. Eles mudaram, para não dizer, subverteram, o projeto do governo, que não passava de um saque dos recursos minerais e energéticos da Amazônia: se não havia lugar para eles, eles então tomaram um lugar ao sol e se impuseram.

Apesar das condições contrárias, eles abriram as matas, plantaram suas roças, criaram suas famílias, construíram vilas e povoados. Afrontaram o latifúndio onipotente, souberam fazer aliança para organizar suas comunidades de base e conquistar seus sindicatos. Souberam, quando precisou, negociar com as autoridades e bater nas portas para fazer valer suas reivindicações. Foram capazes, enfim, e, sobretudo, de montar as organizações necessárias. É só perceber, ao redor de nós, o crescimento das organizações existentes entre os camponeses para constatar a criatividade de seus movimentos, sejam eles formais ou informais, respondendo a uma necessidade imediata ou a objetivos mais duráveis. São todas ferramentas da conquista da cidadania que lhes é negada, pois, na maioria dos casos, os camponeses da região são considerados ladrões de terra, preguiçosos, foras-da-lei do mercado ou até incendiários da Amazônia.

2. EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO MOVIMENTO CAMPONÊS NA REGIÃO DE MARABÁ

Quando chegou na última década do século XIX de Tocantinópolis para se instalar no burgo, a intenção de Carlos Leitão era de montar uma colônia agrícola. Porém, com a descoberta, nas beiras do Itacaiunas, de árvores

“cauchos”¹, a economia de Marabá girou em torno do comércio da borracha que se consolidou com a instalação do comerciante Francisco Coelho no confluente do Itacaiunas com o Tocantins, numa casa de comércio por nome de Marabá.

A queda do preço da borracha a partir de 1920 e a escassez do caucho para ser explorado não por sangramento mas por derruba favoreceu o nascimento de uma nova economia: a exploração da castanha. Se, durante um decênio, a colheita e o comércio eram livres, a partir dos anos 1930-1935, através do aforamento, os castanhais foram apropriados, em troca de vantagens políticas, por um grupo restrito, chamado de “oligarquia castanheira”, o qual tornou-se dono da economia e da política de Marabá.

As relações de trabalho na exploração da castanha eram geridas pelo *aviamento*², no qual o trabalhador era pago por produção de hectolitro (hl) de castanha³. O acerto de contas era feito no fim da safra, cujo saldo era o valor da produção diminuído das dívidas contraídas pelo trabalhador no seu abastecimento no barracão do próprio dono do castanhal. Podemos imaginar os abusos nos preços ou nas quantias que esse sistema de exploração podia sustentar! Além das muitas histórias e denúncias de injustiças provocadas por esse sistema, não se tem notícia de organizações de trabalhadores nesse período do ciclo da castanha.

A partir dos anos cinquenta do século XIX, a economia de Marabá ficou reforçada pela descoberta de garimpos de diamante no leito do rio Tocantins, principalmente na região do Tauri, em Itupiranga, e de vários garimpos de cristal, principalmente na região de Apinagés, em São João do Araguaia. A lei do trabalho no garimpo era regida por um complexo sistema de exploração baseado nos “praças”, “meia praças”, “percentagens”, “formigas”, “diaristas”...

Diamante nos leitos secos dos rios no verão e castanha nas matas no inverno: tal era, até os anos 1960, a base da economia de Marabá. O sistema de *aviamento* na exploração do castanhal, do garimpo ou no comércio de peles não deixava nenhuma possibilidade para o nascimento de organizações populares. O único setor da sociedade marabaense um pouco mais livre da exploração era o dos posseiros abrigados no meio da mata ou nas beiras dos afluentes do Tocantins.

3. NASCIMENTO DE UM CAMPESINATO NA REGIÃO DE MARABÁ

As aberturas de estradas Belém-Brasília, em 1960, e, principalmente, da Transamazônica (BR-230) e da PA-70, em 1969, vão mudar por completo as estruturas econômicas, sociológicas e políticas da região de Marabá, que iria

¹ Árvore de grande porte, da família das moráceas, e cujo látex dá uma borracha de qualidade inferior (Nota da Redação).

² Palavra nascida na Amazônia, o *aviamento* significa oferta de mercadoria a crédito, no estilo generalizado do “barracão”, numa relação social que mantinha a dependência do seringueiro ao patrão seringalista através do endividamento. Sobre esse sistema, ver “Aviamento: uma relação social básica da Amazônia”, **Cadernos do CEAS**, 28: 8-19. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, dez., 1973 (Nota da Redação).

³ 1 hl = 100 litros.

receber na década seguinte um fluxo migratório impressionante. A vinda dos migrantes do Nordeste e do Centro do Brasil se deu inicialmente na colonização oficial da Transamazônica. Nos municípios de São João do Araguaia e de Itupiranga foram oferecidos cerca de dois mil lotes de 100 hectares. No mesmo período, várias levadas de migrantes se instalaram nas beiras da então PA-70. O isolamento e as dificuldades de instalação dessas famílias criaram imediatamente redes de solidariedade baseadas essencialmente nas relações familiares e de vizinhança: essas redes de solidariedade foram o ponto de partida que iniciou, pode-se dizer, todas as formas de organização que vão nascer na área rural de Marabá.

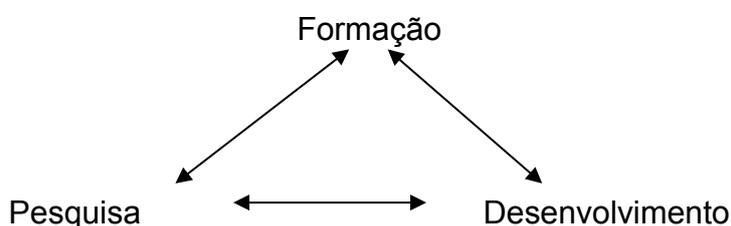
Em 1972, a Igreja Católica, junto com o recém-criado Movimento de Educação de Base (MEB), começou a montar as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs): reunidos para rezar e ler a Bíblia semanalmente, os comunitários aproveitavam esses momentos para discutir e tentar resolver seus problemas de isolamento e instalação. Rapidamente, as CEBs se tornaram não somente o lugar no qual era possível marcar reuniões necessários à comunidade ou às pessoas da mesma mas também onde podia-se discutir as reclamações e reivindicações como escola, estrada, saúde etc. Quando surgiram os conflitos de terra, as CEBs foram o espaço de articulação e discussão desses conflitos. Logo na sua criação, em 1976, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) se valeu da estrutura das CEBs para desenvolver seu apoio aos posseiros em conflito.

A partir de 1980, quando os posseiros entenderam que era necessário conquistar não só a terra mas também as direções dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), as CEBs serviram de local para estabelecer as estratégias para as campanhas eleitorais. É revelador constatar que a grande maioria das pessoas que pertenciam às primeiras diretorias “combativas” destes sindicatos era animadora de CEB. Até os anos 80, o MEB e a CPT foram as entidades que mais conseguiram articular e favorecer as primeiras formas de organização popular. A partir de 1985, com o retorno ao Estado de Direito e da democratização, a Sociedade Civil da região de Marabá retomou seu papel. A história pode retomar seu curso e as organizações populares nascerem como instrumentos de luta do povo. Partidos, associações e sindicatos retomaram seu lugar e seu papel na sociedade. Justo nesses anos foram criadas as Associações de Bairro e Profissionais, o Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) etc.

4. O PAPEL DO CENTRO AGRO-AMBIENTAL DO TOCANTINS (CAT)

Em 1985, todas as diretorias dos STRs da região de Marabá são conquistadas por pessoas que vieram da luta pela terra. Os STRs passam da situação de pelegos para a de combativos. Aproveitando-se de sua posição de representantes dos pequenos agricultores, os STRs conseguem negociar a regularização de 275.000 hectares que estavam em situação de conflito. A partir desse momento surgem novas questões dentro dos STRs: o que fazer e como viver nessa terra?

Sem risco de conflito, as famílias vão morar no lote: precisa estrada e escola, o trabalho familiar passa a ser dedicado inteiramente à produção, há excedente que precisa ser vendido e escoado. Portanto, mesmo que a questão da conquista da terra ainda seja o assunto principal nas discussões dos STRs, aparecem aquelas ligadas a essa nova situação dos agricultores. Os STRs procuram em vão apoio nos órgãos oficiais, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e a Secretaria Executiva de Agricultura do Pará (SAGRI). A única resposta positiva veio da Universidade Federal do Pará (UFPA), através do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Alguns pesquisadores já estavam trabalhando na região e eram bem conhecidos pela CPT e pelos novos STRs. Em 1987, acontece no NAEA um Seminário sobre agricultura familiar, onde se define que as organizações da agricultura familiar precisam de apoio em três enfoques (a formação, a pesquisa e as ações de desenvolvimento), de modo a compor um tripé de sustentação.



Ficou estabelecido a partir daquele dia, dentro da Pró-Reitoria de Extensão da UFPA, um Programa denominado Centro Agro-Ambiental do Tocantins (CAT). Para realizar as atividades com os agricultores são montadas em 1988 duas instituições, de onde nascem as propostas dialogadas e negociadas: a Fundação Agrária do Araguaia Tocantins (FATA) e o Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (Lasat). Os trabalhos de base para a criação da FATA iniciaram em 1987, a partir da união de agricultores dos STRs de Marabá, São João do Araguaia, Jacundá e Itupiranga e de pesquisadores do NAEA, da UFPA. Esta união permitiu a realização de pesquisas, assessorias e eventos na busca do desenvolvimento da agricultura da região. Estes trabalhos permitiram a criação de um Programa de Formação, Pesquisa e Desenvolvimento, denominado CAT. A FATA foi criada para dar suporte a este programa e apoiar a organização dos STRs. Ao mesmo tempo era criado o Lasat, onde se juntam os parceiros pesquisadores da UFPA em apoio à FATA.

Nos seus três primeiros anos, o CAT atuou na organização, na assessoria sindical e na luta pela terra. Apesar de já existirem, a CPT e o CEPASP não atendiam todas as necessidades dos agricultores. A partir da década de 1990, suas ações se voltaram também para a organização da produção e comercialização dos produtos agrícolas, tarefa repassada em 1992 para a Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins (COOCAT). Com o apoio do governo britânico, desenvolveu-se entre 1991 e 2000 um Projeto de Desenvolvimento Rural e Conservação Florestal do Tocantins, na área de abrangência dos seis municípios membros da FATA. Através dele foram desenvolvidas ações de implantação de viveiros florestais, hortas comunitárias, apicultura, educação ambiental, assistência técnica aos agricultores e treinamentos sobre uso do fogo, visando diminuir as queimadas na floresta.

Desde 1996 funciona de forma experimental a Escola-Família Agrícola (EFA), que utiliza a *Pedagogia da Alternância*⁴ e tem como objetivo proporcionar o ensino fundamental de 5ª a 8ª série para jovens rurais. A partir do ano que vem esta experiência vai se consolidar como um *Projeto de Educação Básica do Campo*, mais viável e adequada ao meio rural.

Em janeiro de 2001 a FATA foi reestruturada, tendo sido reformulado o seu estatuto. Eis as principais modificações: ligação orgânica com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri/Regional Sudeste), filiação de 17 STRs (antes eram apenas seis) e criação dos Setores de Educação Rural, Política Sindical e Agro-ambiental. A FATA assumiu a partir de fevereiro de 2001 o papel de Instituição Regional das EFAs da regiões Sudeste e Sul do Pará, tendo implantado, em 2003, a primeira turma de uma EFA de ensino médio, a qual conta hoje com 92 alunos.

Como Programa da UFPA, o CAT precisa ser ajustado dentro dessa nova conjuntura do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e da nova estrutura da Universidade, com a criação do Centro Agro-Pecuário (CAP) da UFPA e do Núcleo de Estudo da Agricultura Familiar (NEAF) do CAP.

CENTRO AGRO-AMBIENTAL DO TOCANTINS (CAT)

Caixa Postal 231, Marabá (PA). CEP: 68.501-970.

Telefone: (91) 322-2135/324-1436

* *Emmanuel Wambergue é assessor de produção da Cooperativa de Prestação de Serviços (Copserviços). [copserv@skorpionet.com.br]*

⁴ Proposta de trabalho pedagógico na qual os alunos de 5ª à 8ª série e do Ensino Médio podem permanecer na escola durante uma semana, alternando uma semana em casa, o que ajuda as famílias que precisam dos filhos para o trabalho no campo. Dessa forma, existe a *valorização do trabalho rural* (Nota da Redação).